

Saiba o que falta para o início da exploração na Serra do Curral

Copam aprovou licenciamento total para o Complexo Minerário Serra do Taquaril. Entenda o que acontece a partir de agora.

Por Thais Pimentel, g1 Minas — Belo Horizonte
03/05/2022 06h01



Área onde será instalado o Completo Minerário Serra do Taquaril, na Serra do Curral — Foto: Lucas Franco/TV Globo

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) aprovou, no sábado (30), o licenciamento total para o Complexo Minerário Serra do Taquaril, na região da Serra do Curral, em Nova Lima, Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A decisão foi criticada por ambientalistas e setores da sociedade civil. Durante a semana passada, o movimento Tira o Pé da Minha Serra mobilizou as redes sociais para pressionar o Copam, no entanto, o projeto foi aprovado durante a madrugada e sem a participação de membros da sociedade civil.

Os conselheiros definiram pela continuidade do empreendimento, com oito votos favoráveis e quatro contrários. Todos os representantes do poder executivo estadual foram unânimes pela aprovação do projeto.

Mas o que acontece agora?



Tamisa pretende instalar complexo minerário na Serra do Curral — Foto: Danilo Girundi/ TV Globo

Licenças prévia e de instalação

Com a aprovação do Copam, as licenças prévia e de instalação devem ser emitidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) depois que o Núcleo dos Órgãos Colegiados encaminharem a decisão.

Em seguida, as licenças são emitidas no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) e enviadas à empresa Taquaril Mineração S.A. (Tamisa) de forma eletrônica. Após o rito, a publicação das licenças é feita no Diário Oficial do Estado.

Ainda de acordo com a Semad, "a emissão das licenças tem efeito imediato, passando a valer tanto a autorização quanto às obrigações impostas pelas condicionantes".

A partir daí, a Tamisa poderá dar início à instalação do empreendimento. Ela permite a construção do complexo minerário e a implantação de projetos de controle ambiental.

Licença de operação

Para começar a explorar a área, a empresa precisará iniciar um novo processo para a Licença de Operação (LO). Uma nova reunião será convocada pelo Copam que irá decidir se concederá a permissão. O órgão pode negar a licença.

Ela permite a lavra, o beneficiamento do minério e acompanhamento de sistemas de controle ambiental. Ainda não há prazo para que isso aconteça, já que depende da instalação do empreendimento.

O g1 perguntou à Tamisa o tempo médio da instalação de um complexo como este, mas, até a conclusão desta reportagem, não houve retorno.

Reações

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ajuizou duas ações contra a Tamisa e a prefeitura de Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, após constatar irregularidades no empreendimento.

De acordo com a denúncia, a mineradora pretende instalar o complexo minerário em área com vegetação nativa de Mata Atlântica, classificada como "Área Prioritária para Conservação da Biodiversidade Especial".

Ainda segundo o MPMG, o complexo inclui lavra a céu aberto de minério de ferro, unidade de tratamento de minerais, com tratamento a seco e úmido, pilhas de rejeito estéril, estradas internas, bacias de contenção de sedimentos, estruturas e prédios administrativos.

A Prefeitura de Nova Lima informou que prestará esclarecimentos necessários na ação.

Em nota, a Tamisa afirmou que "todas suas atividades são pautadas dentro da mais estrita legalidade, em total atendimento à legislação municipal, estadual e federal pertinente".

Após a aprovação das licenças pelo Copam, o MPMG disse que, "por meio de inquérito civil investigativo, acompanha o procedimento".

A Prefeitura de Belo Horizonte disse, em nota, que "está estudando as medidas judiciais cabíveis". O partido Rede Sustentabilidade **entrou, neste domingo (1º)**, com um pedido na Justiça para suspender a decisão do Copam. O autor da ação é Paulo Lamac, porta-voz do partido.

Segundo a sigla, a votação não levou em consideração as manifestações técnicas e populares contrárias à

destruição na Serra, o desequilíbrio ambiental que o empreendimento vai causar e o impacto aos bairros vizinhos.

Tombamento

Uma proposta de emenda à Constituição que determina o tombamento da Serra do Curral tramita na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Segundo a PEC 67/2021, a "Serra do Curral é o marco geográfico mais representativo da região metropolitana de Belo Horizonte, rico não só em beleza natural, mas na flora e fauna e responsável ainda por grande parte da riqueza mineral de Minas Gerais, como o ouro, ferro e manganês".

O texto está na Comissão de Constituição e Justiça. Não há prazo para ser apreciado em plenário.

Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/05/03/saiba-o-que-falta-para-o-inicio-da-exploracao-na-serra-do-curral.ghtml>

Acesso em: 04.05.2022